TRIBUNA PARLAMENTAR

Informativo da Assembleia Legislativa de Pernambuco – Ano IX – nº 84 – Agosto/Setembro de 2009

ASSEMBLEIA QUESTIONA TERRENOS DE MARINHA NA JUSTIÇA

A Lei Federal nº 11.481/2007, que autorizou novas demarcações de terrenos de marinha em todo o País, vem provocando reações diversas. A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no STF, questionando a legislação. O imposto sobre esses imóveis atinge grande parcela das moradias de cidades litorâneas, a exemplo do Recife.

Páginas 4 e 5

FOTO: BRENO LAPROVITERA

CARTA AO LEITOR

Pagar imposto tem sido um problema para a população brasileira. Com uma carga tributária muito elevada, a sociedade vem questionando, há um bom tempo, a eficácia do retorno em benefício público de grande parte dos tributos hoje cobrados. Porém, há casos mais gritantes. É o que acontece com o imposto federal sobre os chamados terrenos de marinha.

O problema é que esse tributo foi instituído em 1831 e sua funcionalidade é bastante questionada. Afinal de contas, a ideia era obter recursos para a defesa da soberania do País, ao longo da costa, de invasões estrangeiras. Convenhamos, caro leitor, isso, hoje, soa estranho para a nossa realidade. Sem contar que, passados 178 anos, os parâmetros para a definição do imposto - faixa de terra com 33 metros de largura contada a partir da linha de preamar média, ao lado do mar, rios e lagoas do continente - podem ter sofrido grandes mudanças, pois as interferências humanas no meio ambiente vêm causando avanços do mar, recuo de rios, desaparecimento de lagoas e aterramento de mangues. Como se isso não bastasse, uma lei federal de 2007 passou a autorizar novas demarcações para a cobrança do tributo.

Tudo isso tem provocado uma enorme mobilização da sociedade contra a cobrança do imposto. O Legislativo Estadual também entrou na briga, juntamente com diversas entidades civis. Essa é a matéria principal desta edição do Tribuna. A reportagem completa está nas páginas 4 e 5.

Outro tema importante deste número é a discussão que os deputados estão promovendo sobre o Orçamento Estadual para 2010. Também trazemos mais um personagem da Alepe, mostramos uma medida importante contra a Gripe A e os shows do Segunda Cultural. Boa leitura!

EXPEDIENTE

O Jornal **Tribuna Parlamentar** é uma publicação de responsabilidade da **Assistência de Comunicação Social da Assembleia Legislativa - Departamento de Imprensa**.

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Vice-Presidente**, Deputado Izaías Régis; **2º Vice-Presidente**, Deputado Antônio Moraes; **1º Secretário**, Deputado João Fernando Coutinho; **2º Secretário**, Deputado Sebastião Rufino; **3º Secretário**, Deputado Aglaílson Júnior; **4º Secretário**, Deputado Manoel Ferreira. **Assistente de Comunicação Social:** Cláudia Lucena; **Chefe do Departamento de Imprensa**: Marconi Glauco; **Editor:** Marconi Glauco; **Revisão:** Cláudia Lucena e Marconi Glauco; **Redatores:** Fernanda Rodrigues, Isabelle Costa Lima, Larissa Rodrigues, Renata Varjal, Sandra Salisvânia e Yanna Araújo; **Estagiários:** Rafaela Torres Galindo e Roberto Moriá; **Gerente de Fotografia:** Roberto Soares; **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera; **Fotógrafos:** João Bitta, Moisés Barbosa e Rinaldo Marques; **Tratamento de Imagem:** Ricardo Verçosa; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior; **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3183-2107. PABX 3183.2211.

Nosso endereço na Internet: *http://www.alepe.pe.gov.br* — E-mail: *dcomunic@alepe.pe.gov.br*

ARTIGO

"DAQUI PARA FRENTE, UM NOVO PERNAMBUCO"

Nelson Pereira de Carvalho*

RINALDO MARQUES



Pernambuco vive um novo e largo ciclo de desenvolvimento. O governador Eduardo Campos tirou do papel sonhos que há muito esperávamos. Ações que colocam o Estado em lugar de destaque no cenário nacional e nos levam por uma estrada sem retrocessos, apenas com crescimento e uma vida melhor para todos os pernambucanos.

Apesar do futuro promissor, não podemos descansar. Temos de olhar o presente, pensando no amanhã. Dias em que a população idosa será maior que a de hoje, e as crianças precisarão de uma educação qualificada se quisermos dar continuidade a esse trabalho.

Por isso, temos colocado o nosso mandato a serviço do progresso. Sempre nos posicionando e criando projetos de lei em que o bem-estar da população está em primeiro lugar. Desta vez, com um olhar especial sobre a criança e o idoso, e os serviços de assistência básica que serão prestados a eles.

Apesar de um curto mandato, apenas dois anos, estamos trabalhando ativamente em projetos que garantam uma atenção especial à criança, desde o seu período de gestação até os 6 anos de idade – estágio conhecido por especialistas como "primeira infância". Com um acompanhamento médico específico, parto humanizado e um início de vida escolar tranquilo.

Dentro do âmbito escolar, queremos ainda a elevação da disciplina de Educação Física como uma das matérias principais a serem transmitidas para as crianças. Hoje, ela é tratada como área secundária dentro das unidades de ensino públicas e privadas.

Para o idoso, queremos ampliar o direito à acessibilidade, ao transporte e à saúde, por exemplo. Além de políticas públicas de segurança para essa parcela da população que é, constantemente, alvo de agressões físicas e morais. A maior violência que podemos cometer contra um idoso é o não-cumprimento de seus direitos.

A expectativa de vida no Brasil e no mundo vem aumentando. No entanto, as leis existentes não acompanham o envelhecimento da população. Brasileiros que, apesar da idade, em muitos casos, buscam espaços no mercado de trabalho para complementar ou ser a única fonte de renda da família.

É preciso trabalhar de forma harmoniosa e integrada com a população. Sempre antenados com seus interesses e elegendo prioridades, pois, se não podemos fazer tudo de imediato, é preparando com solidez a base de um verdadeiro cidadão que vamos construir uma sociedade mais justa e soberana.

* É deputado pelo PCdoB

O artigo publicado é de estrita responsabilidade do autor.

COLETA SELETIVA

Quem circula pela área externa e corredores da Alepe notou a presença de receptores para a coleta seletiva de lixo. A Superintendência Administrativa (Supad), por meio da Gerência de Serviços Gerais, instalou, há dois meses, 50 equipamentos em diversos setores da Casa. De acordo com a superintendente, Adriana Araújo, a ideia é sensibilizar servidores, visitantes e todos os que frequentam os arredores do Poder Legislativo. "Há alguns anos, a Assembleia tem um convênio com o Hospital do Câncer e todo o papel descartado aqui é doado. Com a nova iniciativa, a parceria permanece. Nosso foco é despertar o interesse e estimular as pessoas a separar o lixo de acordo com os vários tipos de materiais: papel, metal, vidro e plástico. Esse é o primeiro passo de uma campanha de conscientização socioambiental na Alepe", disse. Adriana informou, ainda, que o gesto já chamou a atenção dos moradores dos prédios vizinhos, que, nas primeiras horas da manhã, depositam o lixo nos coletores.

RINALDO MARQUES



ATUAÇÃO PARLAMENTAR

RINALDO MARQUES



Deputados, após aprovarem a LDO, estão com as atenções voltadas ao Orçamento do Estado para 2010 e à revisão das metas do Plano Plurianual 2008-2011

Poder Legislativo discute Orçamento para 2010

Em tempos de recuperação dos mercados internacionais, abalados pela crise econômica mundial, o Poder Legislativo de Pernambuco exercerá papel determinante na manutenção do equilíbrio financeiro estadual. Ainda no primeiro dia de atividades do segundo semestre - 3 de agosto -, após o recesso de julho, os integrantes do Parlamento Estadual receberam o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2010.

A matéria contém as metas do Governo do Estado para a execução orçamentária do ano seguinte. As prioridades da gestão são encaminhadas à Assembleia Legislativa, anualmente, para tramitação na Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, e votação no Plenário da Casa. Este ano, não foram sugeridas emendas parlamentares à proposição do Poder Executivo, e o texto foi aprovado, na íntegra, no último dia 27 de agosto.

A proposta representa a primeira etapa até para que seja definida a receita do Estado para o próximo ano. No princípio de outubro, chegarão à Alepe o Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA)- 2010 e a matéria que trata da revisão do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011. As duas iniciativas fecham as projeções da administração estadual para o exercício financeiro dos últimos 12 meses do primeiro mandato do governador Eduardo Campos.

No que diz respeito à LOA, o Parlamento poderá propor emendas à estimativa de recursos da gestão. Segundo os integrantes do Poder Legislativo, a expectativa quanto ao novo orçamento é grande, em virtude da queda na arrecadação de impostos, registrada ainda no primeiro semestre deste ano.

Já o PPA estabelece as metas das gestões estaduais para os quatro anos à frente do Governo. De acordo com a assistente-chefe do Legislativo, Ana Olímpio Severo, as duas matérias deverão ser aprovadas até 5 de dezembro. "O trâmite atende aos prazos constitucionais", explicou.

No dia em que foram retomados os trabalhos da Assembleia, o presidente da Casa Joaquim Nabuco, deputado Guilherme Uchoa (PDT), ressaltou que o semestre reserva um período de intensa atividade. Uchoa confirmou também que os diálogos com o Governo Federal visando à concessão de um canal de televisão para uso da Assembleia Legislativa serão intensificados. "Afora isso, está concluído o projeto do novo prédio da Alepe, em que funcionarão os gabinetes parlamentares e o Plenário", salientou.

O 1º secretário, deputado João Fernando Coutinho (PSB), enfatizou a importância de continuar o trabalho desenvolvido pelos integrantes da Casa, focando sempre no desenvolvimento de Pernambuco. "Como representantes do povo, é nosso dever implementar as políticas necessárias ao crescimento do Estado, aproximando, cada vez mais, o Parlamento da sociedade pernambucana", asseverou.

AÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

ALEPE VAI À JUSTIÇA CONT



Representantes de várias entidades pernambucanas contrárias à cobrança do tributo se reuniram, na Assembleia, com o presidente da Casa, Guilherme Uchoa, e o procurador-geral da instituição

Quem nunca ouviu um brasileiro reclamando da carga tributária do País? Se o contribuinte encontra dificuldades para pagar os impostos que deveriam ser revertidos em serviços públicos, imagine a revolta por ter que honrar tributos que não se conhece a destinação. Com o intuito de acabar com uma dessas cobranças, o imposto sobre terreno de marinha, a Mesa Diretora da Alepe ajuizou uma ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF).

A Casa Joaquim Nabuco entendeu que o pagamento perdeu a funcionalidade, já que foi criado em 1831, com o objetivo de defender a soberania do País ao longo da costa contra invasões estrangeiras. A medida questiona a Lei Federal nº 11.481/2007, que autoriza novas demarcações dessas áreas no País.

No dia 20 de agosto, o presidente da Assembleia, deputado Guilherme Uchoa (PDT), recebeu representantes de várias entidades que também são contrárias ao tributo. "A iniciativa do Poder Legislativo visa mobilizar a sociedade em defesa da causa. Entendemos que o imposto é injusto, dificulta a comercialização de imóveis e atrapalha o orçamento das famílias com cobranças abusivas. A ação da Alepe vai beneficiar todo o Brasil", enfatizou.

Uchoa explicou que a medida se deve ao fato de o Poder Legislativo ter sido procurado por entidades civis. Existem outras ações movidas contra o imposto. O Ministério Público Federal em Pernambuco (MPU-PE) ingressou com uma ação civil pública na Justiça Federal solicitando a anulação do tributo.

A cobrança da taxa é polêmica entre proprietários de imóveis e representantes da sociedade civil, principalmente após a vigência da Lei Federal nº 11.481/2007. A legislação altera os processos de demarcação dos terrenos de marinha sem aviso prévio aos donos de imóveis, ou seja, quem não pagava passou a pagar. Para o procurador-geral da Alepe, Ismar Teixeira, a cobrança é uma forma de arrecadação da União. "O único sentido é a arrecadação fiscal, já que é uma lei sem parâmetros, pois não se sabe quais os métodos utilizados pela Secretaria do Patrimônio da União para tributar. A cobrança é aleatória e, de donos, os proprietários passam a ser meros ocupantes dos terrenos e devedores da União", explicou.

De acordo com o presidente da entidade SOS Terrenos de Marinha, Severino de Araújo, "o imposto prejudica o turismo e o cidadão comum, cerceando o direito à cidadania". No Congresso Nacional, foi criada uma subcomissão especial para debater o assunto na Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara. O colegiado é presidido pelo deputado federal José Chaves (PTB-PE). Além disso, é autor de um projeto de lei contra o imposto. O petebista acompanhou a visita à Alepe. "Precisamos de uma mobilização nacional para lutar contra o tributo

TRA TERRENOS DE MARINHA

JO'AO BITA



mais antigo em vigência no Brasil. Com a iniciativa da Alepe, Pernambuco, sempre pioneiro, sai na frente. Pagamos muitos impostos, por isso entendemos que podemos cortar os desnecessários e os que não são restituídos à sociedade em forma de serviços, diferentemente do IPTU", ressaltou.

Também participaram do encontro, na Presidência da Assembleia Legislativa, representantes da Associação de Moradores do Pina, Boa Viagem e Setúbal; do Conselho Regional de Medicina de Pernambuco (Cremepe); do Centro de Estudos do Nordeste (Cenor); da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi); e do Sindicato da Habitação e Condomínios (Secovi-PE).

Definição do tributo ocorreu em 1831

Terreno de marinha é a faixa de terra com 33 metros de largura contada a partir da linha de preamar média (entre a maré alta e a maré baixa) de 1831, ao lado do mar, rios e lagoas do continente. A definição também serve para ilhas, desde que no local se observe o fenômeno das marés, com oscilação de pelo menos cinco centímetros.

Os terrenos de marinha são submetidos ao regime enfitêutico, quando a União mantém consigo o domínio direto dos bens e atribui ao adquirente o direito real de uso do imóvel, também conhecido como domínio útil. O titular desse domínio é conhecido como foreiro de imóvel da União e deve recolher a receita anual denominada foro, correspondente a 0,6% do valor do terreno.

Mas, para as pessoas que pagam tal tributo, a cobrança é injusta, sobretudo porque os recursos não são revertidos em favor da população. Um dos integrantes da Associação de Moradores de Boa Viagem, Pina e Setúbal, George Emílio Bastos Gonçalves diz que o imposto atrapalha negociações, criando dificuldade para a venda de imóveis. "É um dinheiro que não acrescenta nada ao desenvolvimento dos Estados e municípios. Não sabemos nem para onde esses recursos vão. É um tributo que apenas onera o cidadão e dificulta as transações imobiliárias", ressaltou.

BRENO LAPROVITERA



Donos de imóveis localizados em cidades litorâneas, como o Recife, estão entre os mais prejudicados pelo imposto, que corresponde, anualmente, a uma tributação de 0,6% do valor do terreno

SAÚDE

GRIPE A LEVA CASA A LIBERAR GESTANTES

As gestantes que trabalham na Assembleia Legislativa ganharam 15 dias de folga no mês de agosto. Com o objetivo de conter a disseminação da Influenza A (H1N1), a Casa dispensou as grávidas, como medida preventiva. O ato foi publicado no dia 20 e contemplou as servidoras efetivas, comissionadas, à disposição, cedidas, estagiárias e terceirizadas.

Para gozar do benefício, as gestantes precisaram apresentar declaração emitida por médico da Assistência de Saúde da Casa ou particular, comprovando a gravidez. O presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa (PDT), afirmou que a concessão de licença para funcionárias é uma recomendação nacional e também foi adotada, em Pernambuco, pelo Tribunal de Justiça e pelo Ministério Público. "Nada mais justo do que preservar as mulheres grávidas que trabalham na Casa, uma vez que elas fazem parte do grupo de risco da doença", lembrou.

O primeiro-secretário da Alepe, deputado João Fernando Coutinho (PSB), ressaltou o compromisso com o bem-estar das funcionárias. "Nós tomamos uma medida preventiva com relação à gripe, para que as gestantes tivessem licença temporária até que a situação se normalizasse", afirmou.

Segundo o superintendente em exercício de Recursos Humanos, Rodrigo Cordeiro, "a medida preventiva foi justa no cuidado com a saúde das servidoras, pois a gripe A traz risco de contágio também para os fetos". A telefonista Adriana Suelma Couto, com cinco meses de gravidez, considerou a iniciativa eficaz.

CUIDADOS - Antes da liberação das grávidas, a Alepe havia aderido a outras medidas contra a gripe A. Por meio da Assistência de Saúde e da Superintendência Administrativa, os servidores receberam orientações sobre como evitar o contágio. Entre as ações, está a instalação de recipientes com álcool em gel a 70% para higienizar as mãos.

RINALDO MARQUES



Grávidas do Legislativo, como Adriana, foram dispensadas do trabalho por 15 dias

PERSONAGEM DA ALEPE

LEONARDO TEM COMO LEMA AJUDAR O PRÓXIMO

RINALDO MARQUES



Com mais de 35 anos na Assembleia, analista já desenvolveu diversas funções

Pai de quatro filhos e avô de dois netos, o ex-seminarista e atual presbítero da Missão Evangélica Pentecostal do Brasil Luiz Leonardo de Lima está sempre envolvido em causas sociais e pronto a auxiliar o próximo, no trabalho ou em qualquer lugar onde esteja, tratando bem a todos, indistintamente. Assim é o lema do analista legislativo Leonardo - como é conhecido pelos colegas-, lotado no Departamento de Contabilidade.

Da passagem pelo Seminário Carmelita, ainda adolescente, em Camocim de São Felix, cidade onde nasceu, ficou o gosto pela vida cristã e o hábito pela leitura. A preferência é por obras eclesiásticas, como as escrituras sagradas, entretanto, Leonardo não dispensa outros temas e autores, sendo difícil apontar o que mais lhe agrada. "Cometeria uma injustiça. Via de regra, sempre leio dois a três livros simultaneamente", disse, mostrando o último exemplar que ganhou: *A Menina que Roubava Livros*.

Com gestos simples e vida pacata, o funcionário está na Casa desde 31 de maio de 1974. De lá para cá, desenvolveu diversas funções, sempre preocupado em servir bem, não só ao Poder Legislativo, mas, principalmente, à população. "Precisamos prestar contas do serviço não só aos chefes, mas, também, ao público. Esse é o nosso papel como servidores públicos", avaliou.

Leonardo também exerce liderança entre os funcionários da Casa Joaquim Nabuco: acaba de ser eleito vice-presidente do Sindicato dos Servidores da Alepe (Sisalepe). "Representar os colegas é um grande desafio", frisou.

Mas, como ninguém é de ferro, ele também gosta de viajar, reservando um tempo com a esposa, nas férias do trabalho. "É um período para repensar a vida", explicou.

PERFIL PARLAMENTAR

Mandatos voltados para as necessidades do Interior

Marcantônio Dourado segue os passos do pai

Com seis mandatos consecutivos na Assembleia Legislativa, desde 1986, e 31.863 votos conquistados na última eleição, o deputado Estadual Marcantônio Dourado (PTB) conhece a política desde criança, em Lajedo, Agreste do Estado, onde nasceu.

"Meu pai, Antônio Dourado, foi prefeito do município e deputado por quatro mandatos, então, cresci ouvindo e vivendo política dentro de casa", lembrou o parlamentar.

Seguindo os passos do pai, Marcantônio, ainda na juventude, comungou dos ideais do patriarca da família, "vendo as necessidades do povo do Agreste". Assim, desejando dar continuidade ao que foi feito por Antônio Dourado, tornou-se deputado estadual.

O parlamentar gosta de ressaltar que, durante todos os seus mandatos na Casa, sempre buscou trabalhar por todas as regiões de Pernambuco, priorizando obras de geração de emprego e renda. "Defendo as necessidades do Interior, como o abastecimento d'água, a eletrificação rural e o incentivo à agropecuária, entre outras", explicou.

Casado e pai de três filhos, o petebista é biomédico. Para ele, seu maior desafio é separar a vida pública da privada. "Para o povo do Interior, o parlamentar é uma autoridade como prefeito e governador, e eles cobram as obras que desejam", salientou.

Segundo Marcantônio, um momento marcante da sua vida pública foi a primeira posse como deputado, pois estava resgatando o mandato do pai. "Já o segundo momento foi, sem dúvida, quando, como 1° secretário da Alepe, dei posse ao governador Miguel Arraes, em 1995", lembrou.

RINALDO MARQUES



Deputado é vice-líder do PTB

"Sempre estive presente nas bases políticas. Quero ser lembrado como um político que agiu com ética, transparência e coragem para construir um Pernambuco melhor", destacou Marcantônio Dourado.

O parlamentar é o 1° vice-líder da bancada do PTB na Alepe, integrante titular das Comissões de Finanças, Orçamento e Tributação e de Redação Final e suplente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural.

Maviael atua na política desde a época de estudante

Nascido em Macaparana, Zona da Mata Norte do Estado, formado em Odontologia e Direito, o deputado Maviael Cavalcanti (DEM) entrou para a política ainda jovem, na década de 60 do século passado. Na época estudante, representou a faculdade em diretórios e na União Nacional dos Estudantes (UNE), além de ter sido secretário da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP).

Quando retornou a Macarapana, Cavalcanti foi vereador (1964-68), vice-prefeito (1969-72) e, depois, elegeu-se deputado estadual por quatro mandatos consecutivos (1974-90). Em seguida, chegou à Camara Federal (1990-94). Por fim, retornou à Alepe, em 2000, como suplente, sendo reeleito por duas vezes.

"Minha família tem tradição política na região, e eu sempre gostei da atividade. Então, vendo a necessidade dos mais humildes da zona rural, resolvi tentar ajudar a minimizar os problemas locais e atender aos pedidos solicitados. Fiz isso como dentista e decidi também fazer como parlamentar", explicou.

Com sete mandatos na Alepe e 44.228 votos conquistados na última eleição, suas prioridades sempre foram lutar pela agricultura e buscar educação e saúde pública de qualidade para os pernambucanos. "Na época em que entrei na Assembleia, havia grandes parlamentares que lutavam com empolgação para o desenvolvimento de Pernambuco. Orgulho-me de ter ingressado nesse período", lembrou Maviael Cavalcanti. Ele acredita que o crescimento do Estado poderá ser bem maior com a refinaria de Suape e a Hemobrás, na Zona da Mata Norte.

RINALDO MARQUES



Parlamentar preside Comissão

"Tenho uma posição entre os princípios que defendo, faço tudo com convicção e seriedade. Assim, procuro atender às causas dos mais necessitados. Entrei na Casa como um político íntegro e, quando sair daqui, quero ser lembrado da mesma forma", salientou o parlamentar.

Na Alepe, Maviael Cavalcanti preside a Comissão de Administração Pública, integra, como titular, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, e é suplente nos colegiados de Agricultura, Pecuária e Política Rural e Ciência, Tecnologia e Informática.

CULTURA

POESIA NORDESTINA DÁ O TOM DO SEGUNDA CULTURAL

Edição de agosto contou com bandas Fim de Feira e Em Canto e Poesia

Músicas, poesias nordestinas e declamações deram o tom da edição de agosto do Projeto Segunda Cultural. O público que compareceu ao Teatro do Parque, no Bairro da Boa Vista, no dia 3 de agosto, lotou o local e aplaudiu de pé as apresentações dos artistas das bandas Fim de Feira e Em Canto e Poesia. Ao som de ritmos como carimbó, forró, baião, choro e outros de cadência essencialmente regional, a Fim de Feira, que se apresentou pela segunda vez no Projeto, foi a primeira a subir ao palco.

O grupo nasceu em 2004, quando era formado por apenas quatro integrantes. Hoje, oito pessoas são responsáveis pelo sucesso do conjunto, que, em julho deste ano, ganhou o 22º Prêmio da Música Brasileira na categoria Melhor Grupo Regional. "A iniciativa da Assembleia Legislativa foi de extrema importância para nós, pois significou o ponto de partida para dar profissionalismo à banda", afirmou o vocalista Bruno Lins. Durante o evento, Fim de Feira tocou músicas do segundo CD - *A Revolução dos Pebas*.

RINALDO MARQUES



Melhor grupo regional do País, Fim de Feira apresentou *A Revolução dos Pebas*

Encerrando a edição, os integrantes do Em Canto e Poesia, naturais do município de São José do Egito, no Sertão do Pajeú, apresentaram um show marcado por emboladas e declamações de autoria de poetas da região, como Bia Marinho, Zeto, Job Patriota, Lamartine Passos, Rogaciano Leite e Antonio Marinho, componente do grupo. "Temos o objetivo de mostrar como é bonito e forte o que o homem sertanejo cria", pontuou Marinho. A banda, que se formou de improviso, em 2005, é integrada, ainda, pelos irmãos Greg e Miguel Marinho - que declamou pela primeira vez em público, durante a apresentação do grupo no Projeto -, além do músico Júnior Teles. "A proposta da Alepe é louvável. É uma honra para nós tocar em um palco onde muitos artistas importantes já pisaram", afirmou Antônio Marinho. O Em Canto e Poesia pretende lançar o primeiro disco ainda este ano.

O Segunda Cultural é uma iniciativa da Mesa Diretora da Casa Joaquim Nabuco, viabilizada por meio da Assistência de Comunicação Social, com o apoio da Gerência de Relações Públicas, e tem o objetivo de aproximar Legislativo e sociedade. Os artistas se apresentam nas primeiras segundas-feiras úteis de cada mês e não cobram cachê. O acesso do público é gratuito.

HOMENAGEM

DIA DOS PAIS COM VÍDEO E TORNEIO DE FUTEBOL

Depoimentos de servidores e a realização de um torneio de futebol foram algumas das ações que diferenciaram a passagem do Dia dos Pais deste ano, na Alepe. As comemorações foram feitas em duas ocasiões. O primeiro evento, no dia 5 de agosto, reuniu, no auditório da Casa, pais e filhos que se emocionaram ao assistir a um vídeo com 12 depoimentos sobre a importância da figura paterna, ao som de canções relacionadas ao tema. A iniciativa da Mesa Diretora faz parte do cronograma de atividades do Programa de Valorização e Integração do Servidor e foi promovida pela Superintendência de Recursos Humanos em parceria com outros setores. O Dia dos Pais é comemorado, oficialmente, no segundo domingo de agosto.

A homenagem teve uma participação efetiva de servidores e parlamentares. A deputada Nadegi Queiroz (PMN), por exemplo, fez questão de enfatizar a importância da presença paterna na família. "O pai sempre impõe limites, orienta. Ele desempenha papel fundamental em nossas vidas", pontuou. Já o deputado Geraldo Coelho (PTB) lembrou os conselhos recebidos de seu pai. "Entre os principais, estavam cuidar da saúde, construir amizades e ser obstinado nos propósitos que definir", lembrou.

O garçom Marcos Antonio Mendes, que há 11 anos trabalha na Alepe, prestigiou a solenidade acompanhado do pai, Antônio Alves de Oliveira, que também atuou no Parlamento. "A maior felicidade de um homem é poder se tornar pai. Sinto-me privilegiado por ter recebido essa graça divina", destacou Marcos. De acordo com a chefe do Departamento de Desenvolvimento de Pessoal, Fátima Coelho, ações como essa mostram a preocupação da Assembleia em incentivar e valorizar o trabalho dos funcionários, que contribuem para o bom funcionamento da Casa.

MOISÉS BARBOSA



Jogos de futebol foram disputados por 56 servidores-pais da Assembleia

TORNEIO - A Casa deu continuidade às comemorações do Dia dos Pais realizando, no dia 7 de agosto, um torneio de futebol. O evento, realizado na quadra do Círculo Militar, reuniu 56 servidores, divididos em oito times. O funcionário Paulo Filipe Pereira da Paz foi o artilheiro da competição e Luciano Cândido, o melhor goleiro. Todos os participantes receberam troféus. Foi a primeira vez que a Assembleia promoveu um torneio de futebol dentro do Programa Saúde Alepe.